

Palocci, o disciplinador

RICARDO ALLAN

DA EQUIPE DO CORREIO

No meio da crise política que envolve o governo e o Congresso, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, reafirmou ontem com ênfase todos os pilares da política econômica ortodoxa adotada desde o início do mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ao anunciar a meta de inflação de 2007, fixada em 4,5% pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), Palocci fez uma ode à disciplina fiscal e defendeu a política monetária de juros altos. O ministro afastou a possibilidade de tomar medidas econômicas para encobrir a crise política.

"A política econômica não é espasmódica", disse Palocci, de forma veemente, duas vezes na entrevista que concedeu para anunciar a meta. Segundo ele, o governo manterá a disciplina e não vai adotar nenhuma medida que possa parecer um "afrouxamento" do rígido controle das contas e dos compromissos com a inflação baixa. Para o ministro, o atual conjunto de ações do governo na economia tem surtido efeito positivo e vai garantir que o Produto Interno Bruto (PIB) cresça de forma sustentada nos próximos anos.

Grande conquista

O governo resistiu à tentação de desapertar o torniquete da política monetária e estabelecer uma meta de inflação menos rigorosa, como defende o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP). O CMN preferiu repetir, em 2007, a meta estabelecida para 2006: 4,5%, com um intervalo de tolerância de dois pontos percentuais para cima ou para baixo. O teto para a meta será, portanto, de 6,5% para a inflação medida pelo Índice de Preços ao

Consumidor Amplo (IPCA) — neste ano, o limite é de 7%.

Segundo Palocci, uma meta mais elevada poderia realimentar a inflação e não iria favorecer o crescimento econômico, mesmo o de curto prazo, como advogam os defensores da medida. "Sempre que se tolera uma inflação maior, se tem uma grande conquista, que é obter uma inflação maior", ironizou. "Crescimento nunca foi estimulado por inflação. Pelo contrário, não se sustenta com uma inflação maior." O ministro garantiu que a meta é compatível com o crescimento de longo prazo da economia e com a redução da dívida pública.

BC acertou

As metas de 5,1% para este ano e de 4,5% no ano que vem não foram abandonadas, garantiu Palocci, embora as projeções de mercado estejam bem acima dos objetivos. Em busca de uma inflação sob controle, o Banco Central (BC) elevou a taxa de juros de 16% para 19,75% entre setembro do ano passado e maio, mantendo-a inalterada neste mês. Como efeito, houve redução no ritmo de crescimento da economia e retração dos investimentos e da geração de empregos.

Ainda assim, o ministro defendeu a ação do BC. "Os dados recentes não nos permitem fazer projeções ou festividades, mas mostram que o BC acertou ao ver primeiro as pressões inflacionárias e fazer o necessário para debelá-las, de forma eficiente. A dose foi correta, no momento correto", afirmou. Segundo ele, a experiência internacional recomenda que as metas de inflação fiquem abaixo de 5% nos países emergentes porque, neles, os preços têm um comportamento mais volátil do

que nas nações desenvolvidas.

Os planos do governo são consolidar a meta de 4,5% nos dois próximos anos e caminhar para 4% por ano "no longo prazo", como o ministro deixou claro ontem, sem especificar uma data para o novo objetivo. Desde 1999, a meta só foi cumprida em três anos (1999, 2000 e 2004). Palocci fez um apelo para que a sociedade se comprometa com o rigor fiscal futuro, afirmando que isso é mais importante do que avaliar o resultado dos objetivos de curto prazo. Por isso, o ministro disse que apóia o debate sobre metas fiscais mais rígidas.

Déficit nominal

Palocci, entretanto, evitou se comprometer com as duas teses discutidas pela equipe econômica: um esforço fiscal ainda maior para zerar o déficit nominal e o aumento do volume da desvinculação de receitas orçamentárias de 20% para 40%. Ele se limitou a dizer que vê "com bons olhos" a discussão dos dois assuntos. A proposta do deputado Delfim Netto (PP-SP) é de que o governo reduza progressivamente o déficit nominal, que leva em conta o pagamento de juros, até zerá-lo em seis anos. No ano passado, o déficit foi de 2,66% do PIB.

"Uma eventual redução forte do déficit nominal pode ser uma consequência boa de uma meta fiscal de longo prazo. Isso pode ser considerado no debate, mas não é o debate. É parte dele", afirmou. O mesmo raciocínio foi feito sobre a desvinculação de receitas. Para o ministro, a simples discussão desses temas mostra que o modelo da política econômica está correto. "Não há exaustão do modelo. Há sucesso das medidas adotadas, o que se vê no controle da inflação e na recuperação do emprego."

“**CRESCIMENTO NUNCA FOI ESTIMULADO POR INFLAÇÃO. PELO CONTRÁRIO, NÃO SE SUSTENTA COM UMA INFLAÇÃO MAIOR**”

“**PROBLEMAS NO CAMPO POLÍTICO SE RESOLVEM NO CAMPO POLÍTICO. PROBLEMAS NO CAMPO ECONÔMICO SE RESOLVEM NO CAMPO ECONÔMICO**”

Antonio Palocci,
ministro da Fazenda



PALOCCI: RIGOR FISCAL É MAIS IMPORTANTE DO QUE OBJETIVOS DE CURTO PRAZO